



RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO E JUSTIFICATIVA DE PREÇO

I. DA NECESSIDADE DO OBJETO:

Cuidam os presentes autos de procedimento administrativo que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica em Transparência Municipal, visando ao acompanhamento sistemático das rotinas inerentes à publicidade e à transparência no âmbito da Câmara Municipal de Jataí, Estado de Goiás, em estrita observância às normas correlatas aplicáveis à espécie. A presente contratação reger-se-á pelas condições, quantidades e exigências devidamente estabelecidas no processo administrativo correspondente, o qual se encontra regularmente instruído com o Documento de Formalização da Demanda, Termo de Referência, certidões de regularidade fiscal, documentos de habilitação jurídica e demais peças indispensáveis à sua formalização

II. DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Em 01 de abril de 2021 entrou em vigor a Lei 14.133/2021, iniciando um novo marco nas Licitações e contratos.

Objetivo da Licitação é contratar a proposta mais vantajosa primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é a regra.

Entretanto há requisições que por características específicas tornam-se impossíveis ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais. Na ocorrência de licitações inviáveis ou impossíveis a lei previu exceções as regras, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de licitação. Trata-se de certame realizado sob obediência ao estabelecido no artigo 72, lei 14.133/2021:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;



VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente. Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

No nosso caso em questão verifica-se a inexigibilidade de licitação com base jurídica no inciso III, alínea C do artigo **74** da Lei nº 14.133/2021, conforme previsão abaixo:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

III. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

Em análise aos presentes autos, observamos que os preços apresentados pela empresa **NUCLEOGOV ASSESSORIA E TECNOLOGIA LTDA** – inscrita no **CNPJ** sob o nº **14.580.442/0001-69**, estão compatíveis com os praticados no mercado, obedecendo ao previsto no Termo de referência.

A empresa em questão é especialista em transparência municipal, constituída por profissionais com larga experiência no mercado, sendo uma empresa conceituada no desempenho de suas atividades anteriores junto a outros municípios, fazendo uso das metodologias e procedimentos definidos pelo Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e Órgãos Governamentais.

O serviço contratado é de natureza predominantemente intelectual, e devido a complexidade do objeto, ou seja, a singularidade, requer a contratação de profissionais que detenham qualificação diferenciada, em atendimento as necessidades da Administração Municipal. A expertise do prestador poder ser comprovada através dos atestados de capacidade técnica acostados ao processo.

Sintetizando, foram observados os seguintes requisitos:

- a) é especialista em desenvolvimento de sistemas e plataformas digitais;
- b) comprovou possuir (atestados de capacidade técnica) larga experiência na prática do



mesmo objeto para outros municípios, bem como possui indicação de tê-lo executado com altos padrões de qualidade, adequação e eficiência;

- c) demonstrou que a Equipe Técnica habilitada possui larga experiência no ramo de portais institucionais e portais da transparência e larga experiência profissional (atestados de capacidade técnica);
- d) comprovou possuir notória especialização decorrente de experiência e resultados anteriores (certidões de notaria especialização) e de estudos;
- e) apresentou toda a documentação da empresa (estatuto social atualizado, inscrição no CNPJ) e todas as certidões (tributária federal, estadual e municipal; do FGTS; CND/TST).

Diante do exposto, e firmada na relação de confiança preexistente, esses são os motivos que permeiam a escolha da fornecedora.

IV. DAS COTAÇÕES

Na contratação em epígrafe, foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a instrumentos contratuais já celebrados, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Câmara Municipal.

Diante da pesquisa, constatou-se que os preços praticados pela fornecedora dos serviços são viáveis e condizem com os preços do mercado atual.

Conforme pesquisas e cotação o valor estimado da contratação é de **R\$ 82.080,00** (oitenta e dois mil e oitenta reais) anual, a ser pago em 12 (doze) parcelas mensais.

V. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO.

No caso em questão verificamos, como já foi dito, tratar-se de situação pertinente de inexigibilidade de licitação, o qual deverá estar acompanhado de uma proposta e de documentos probantes semelhantes para comprovar que o valor ofertado se encontra compatível com valor de mercado.

Na pesquisa de mercado realizada não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar, tampouco quanto ao

valor, conforme pode ser observado a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QTD.	EMPRESAS			Média	Valor total
				Núcleo Gov	PNCP	Banco de Preços	valor Unit.	estimado
1	Serviços de Assessoria e Consultoria Técnica Especializada em Transparência Municipal	UNID.	12	R\$ 6.840,00	R\$ 7.375,00	R\$ 10.662,47	R\$ 8.292,49	R\$ 99.509,88
							Estimado:	R\$ 99.509,88

Diante da pesquisa apresentada, observando não só o preço dos serviços, mas principalmente a qualidade técnica da empresa, resta evidente que a contratação do prestador de serviço é benéfica e atende aos interesses da Câmara Municipal de Jataí/GO, podendo a Administração adquiri-la sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

VI. DA ESCOLHA

A empresa escolhida neste processo foi a **NUCLEOGOV ASSESSORIA E TECNOLOGIA LTDA** – inscrita no **CNPJ** sob o nº **14.580.442/0001-69**.

VII. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administração para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no artigo 62 e 70 da Lei 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

- I - jurídica;
- II - técnica;
- III - fiscal, social e trabalhista;
- IV - econômico-financeira.

Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:

III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Nos casos em que o valor da dispensa se enquadrar nas hipóteses do inciso III do Art. 70 da Lei Nº 14.133/21 será dispensada a exigência de qualificação técnica e qualificação econômica financeira.

Diante disso resta deixar resignado que a contratada demonstrou habilmente sua



habilitação conforme condições previstas no Termo de Referência.

VIII. DA DEMONSTRAÇÃO DA COMPATIBILIDADE DA PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS COM O COMPROMISSO A SER ASSUMIDO

Os recursos para custear tais despesas são advindos do Orçamento de 2026 da Câmara Municipal de Jataí, Estado de Goiás.

Jataí, 23 de abril de 2026

MARCOS PATRICK DE CASTRO GOMES

Presidente da Câmara Municipal de Jataí